



## O telejornalismo global e suas relações discursivas a partir de Foucault<sup>1</sup>

Hideide Brito Torres<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Juiz de Fora

### Resumo

Refletiremos, neste artigo, sobre as relações discursivas entre telejornalismo, religião e ciência, a partir dos enunciados contidos na série especial “Os evangélicos”, levada ao ar pela rede Globo, no Jornal Nacional, entre os dias 26 a 29 de maio de 2009, à luz das obras “A ordem do discurso” e “Arqueologia do Saber”, de Michel Foucault. Temos como método a Análise de Discurso tal como Foucault a propõe. Algumas questões que nos instigam na reflexão são: qual o papel do jornalista na constituição do discurso jornalístico acerca da religião na série em análise? Como a voz dos especialistas ganha roteiro neste discurso jornalístico?

### Palavras-chave

1. Discurso; 2. Foucault; 3. Telejornalismo; 4. Evangélicos; 5. Jornal Nacional

Nos estudos de comunicação, a palavra “discurso” ocupa lugar privilegiado. Tanto destaque, porém, não facilita o entendimento do conteúdo do conceito. Entre as diversas abordagens possíveis, tomaremos aqui, como referencial teórico, o intelectual francês Michel Foucault e, como método, a Análise de Discurso tal como ele a propõe. A partir destas referências, procuraremos verificar as relações discursivas (CASTRO, 2009, p. 178) entre o telejornalismo, a religião e a ciência na série especial “Os evangélicos”, levada ao ar pela rede Globo, no Jornal Nacional, entre os dias 26 a 29 de maio de 2009, e produzida por Flávio Fachel e Tyndaro Menezes. As matérias na íntegra encontram-se disponíveis para consulta e visualização no site da emissora Globo, com os respectivos textos.

Iremos, num primeiro momento, expor algumas linhas de pensamento de Foucault, especialmente nas obras “A ordem do discurso” e “A arqueologia do saber”, postulando possíveis interações com o discurso jornalístico. A seguir, passaremos a refletir sobre as relações discursivas propostas, a partir dos enunciados contidos na série especial em análise. Algumas questões que nos instigam na pesquisa são: qual o papel do jornalista na constituição do discurso jornalístico acerca da religião na série em análise? Como a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda em Comunicação (Linha Comunicação e Identidades). Bacharel em Comunicação Social e Bacharel em Teologia (Umesp, Universidade Metodista de São Paulo). E-mail: hideide@gmail.com



voz dos especialistas ganha roteiro neste discurso jornalístico? Para tanto, poderão nos auxiliar as reflexões foucaultianas acerca de como se dá a ordem do discurso, como operam as práticas discursivas em dado momento histórico e quais são as suas condições de existência.

### **O discurso (tele)jornalístico: fundamentos teóricos em Foucault**

Correia e Vizeu (2008, p.11) afirmam que os brasileiros acreditam mais na mídia do que no Governo. Segundo eles, uma pesquisa realizada no país aponta que 56% dos brasileiros têm a televisão como principal fonte de informação. Desta forma, para os autores, o telejornalismo representa “um *lugar de referência*, muito semelhante ao da família, dos amigos, da religião e do consumo” (CORREIA e VIZEU, 2008, p.12, grifos dos autores).

Esta relevância do jornalismo, especialmente em sua versão televisiva, traz à tona, de imediato, a reflexão sobre a circulação dos *saberes* (que, em Foucault, é um conceito distinto de *ciência*) e a luta pelos *poderes* na sociedade. O discurso jornalístico, por sua natureza, transita numa interseção de saberes (estético, religioso, científico, etc.). Embora utilize outras categorias, Resende comenta algo similar, quando afirma que

O campo dos media vive um processo de correlação de forças com vários campos sociais — políticos, econômicos, culturais, religiosos, entre outros —, já que ele se faz estrutural na constituição e composição desses lugares. Tendo em vista o fato de que ao jornalismo, mais especificamente, cabe a tarefa de dizer sobre e para as demais instâncias sociais, havemos de considerar que um dos lugares possíveis em que se instala a correlação de forças, com todas as suas assimetrias e fragmentações, é o campo do discurso (RESENDE, 2007, p. 81-82).

Para analisar essas correlações de forças, entendidas por Foucault, no plano discursivo, como lutas pelo poder, o intelectual francês não se interessa pela macroestrutura, nem pela ideologia ou pelo Estado, mas pelo discurso em si mesmo. Sua busca é “pelo projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos” (FOUCAULT, 2000, p. 30). Para ele, o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p. 10). O discurso, portanto, não é “transparente ou neutro” como se pretende no jornalismo, mas é um dos lugares onde o poder pode ser exercido das formas mais temíveis (FOUCAULT, 1999, p. 9-10). Desta forma, ao abordar o discurso jornalístico na perspectiva foucaultiana, faz-se necessário abrir mão de alguns conceitos caros ao exercício profissional do jornalista, tais como a isenção e a



imparcialidade, para compreender o discurso nas condições históricas que o fazem possível.

Existe no jornalismo uma pretensão de tradução do mundo. Correia e Vizeu, por exemplo, afirmam que o “*conhecimento do jornalismo trata dos acontecimentos do mundo, dos diversos saberes, dos campos da experiência e do cotidiano*” (CORREIA e VIZEU, 2008, p. 17, grifos meus). Este caráter de interpretação do mundo se dá pela percepção dos “noticiários como um *lugar de mediação entre o mundo dos fatos, dos acontecimentos (...) e a sociedade*” (CORREIA e VIZEU, 2008, p. 17, grifos meus). Desta forma, percebe-se, na leitura do jornalista, uma necessidade de “explicar/traduzir o mundo” e não apenas, como inicialmente pretende, reportar um acontecimento. Isso porque, na medida em que se produz um discurso sobre o acontecimento, gera-se um domínio, um poder sobre *o que é dito, como é dito* e também sobre aquilo que se opta em *não dizer*.

Esta prerrogativa aproxima-se daquilo que Foucault define como “direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 1999, p.9). Ela é perceptível nos enunciados dos jornalistas sobre si mesmos, como, por exemplo: “a imagem que a mídia constrói da realidade é resultado de uma *atividade profissional* de mediação vinculada a uma *organização* que se dedica basicamente a interpretar a realidade social (...) a mídia não só transmite, mas *prepara e apresenta* uma realidade *dentro das normas e regras* do campo jornalístico (CORREIA e VIZEU, 2008, p.13, grifos meus). As expressões em destaque demonstram que tal discurso é proferido por sujeitos autorreferidos como profissionais, organizados, portadores do conhecimento e dos rituais de normas e regras pelas quais elaboram os seus enunciados. É desta forma que o discurso jornalístico se torna restrito, não sendo possível a qualquer pessoa pronunciá-lo, senão aquela que se enquadra no

ritual que define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso (...) que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 1999, p. 39).

Por isso, é preciso considerar o discurso jornalístico em si mesmo, em sua instância, entendendo que, “em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos



que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1999, p. 8-9).

“É a “ordem do discurso” que estabelece, para Foucault (1996), as possibilidades de organização do real. Esta ordenação, além de possuir uma função normativa e reguladora, age por meio da “produção de saber, de estratégias de poder e de práticas discursivas” (AGUIAR, 2007, p. 2). Desta forma, pode-se depreender que o jornalismo exerce esta “ordem” por meio de “um conjunto de procedimentos de controle, seleção, organização e distribuição do discurso midiático que lhes são inerentes e que lhe conferem poder na sua interface” (SANTOS, 2008, p. 2) com outras esferas de saberes, como a religião, a política, a economia, etc. Por conta deste conjunto de procedimentos, o discurso jornalístico é atingido pelos sistemas de exclusão pontuados por Foucault: “a palavra proibida, a segregação e a vontade da verdade” (FOUCAULT, 1999, p. 19).

A *palavra proibida* refere-se ao fato de que nem tudo pode ser dito. No jornalismo em geral e no telejornalismo em particular, “qualquer um não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1999, p. 9). Tal interdição dá, por exemplo, na edição, onde o que não possui valor-notícia é descartado, ou ainda pela posição do sujeito falante no roteiro da matéria (se seu nome e profissão são citados, o tempo que lhe é destinado, o status com que é apresentado, etc.), o que determina o seu lugar de fala.

Além disso, existe no discurso jornalístico a impressionante força daquilo que Foucault chama de *vontade da verdade*. Os discursos, para o pensador francês, não são nem falsos, nem verdadeiros em si mesmos, mas, na constituição das práticas discursivas existe um componente efetivo, que é o “regime da verdade”. “Seguindo essas proposições foucaultianas, podemos entender a ‘verdade’ como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, distribuição e funcionamento dos discursos” (AGUIAR, 2007, p.4). Esta vontade da verdade se apoia num suporte institucional, isto é, há uma gama de estruturas/instituições que a reforçam e reconduzem. Foucault cita a pedagogia, o sistema de livros, as sociedades de sábios de outrora e os laboratórios hoje. A própria mídia ocupa, na sociedade contemporânea, a condição de instituição, pois também regula os discursos e fornece condições para sua existência, circulação e desaparecimento.

Mas Foucault acrescenta que o modo como o saber é aplicado na sociedade, como é “valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1999, p.17-18) é, igualmente, de fundamental importância neste processo de estabelecimento da vontade de verdade. O fato de ter um suporte e uma distribuição institucional faz



com que esta vontade de verdade exerça pressão e poder de coerção sobre outros discursos.

### **O lugar do jornalista na constituição do discurso jornalístico**

A arqueologia do saber de Foucault constitui “um método para a descrição de campos de conhecimento” e “considera o discurso não sob o ponto de vista estrito da epistemologia, que privilegia os requisitos de cientificidade, mas em nível mais amplo dos saberes que independem do rótulo de ciência” (ALVARENGA, 1998, p. 4). Estudos que buscam estruturar a comunicação (e, de modo mais particular, também o jornalismo) como campo do conhecimento investigam e evidenciam suas perspectivas epistemológicas.

Mas a busca por elevar o jornalismo a uma categoria de saber rotulada como científica aparece de outras formas, não só no ambiente acadêmico, mas também no exercício profissional. Um dos exemplos que evidencia isso pode ser a discussão sobre a obrigatoriedade do diploma para o exercício da função de jornalista. Este debate insere-se na prática discursiva do jornalismo, como lembra Pereira, ao argumentar que a exclusão de certos profissionais da categoria de jornalistas se prende a uma ideia de “que somente o trabalho realizado nas empresas de comunicação garante a credibilidade e a legitimidade de um trabalho verdadeiramente jornalístico” (PEREIRA, 2009, p.224). De fato, da mesma forma que a literatura ocidental, citada por Foucault, teve de buscar apoio em saberes considerados mais elevados, “em suma, verdadeiros” (FOUCAULT, 1999, p.18), vemos no discurso jornalístico contemporâneo uma constante busca por aquele saber que alcançou o nível de positividade mais elevado na sociedade – o científico.

Assim, parece que o jornalista, no exercício de sua função, busca responder a ele ou respaldar-se nele. “O jornalismo tenta imputar ao discurso que produz uma verdade única e incontestável, aproximando suas rotinas da lógica e da racionalidade presentes no discurso da ciência positivista” (HAGEN, 2008, p.42). Esta vontade de verdade do jornalista manifesta-se também “pela autoridade de sua competência; é ele quem conhece o código, a origem, o fundamento e quem se assume, assim como assegura, testemunha e autor da realidade” (CORREIA e VIZEU, 2008, p. 24).

De igual modo, procura estabelecer relações discursivas com outros saberes, fazendo referência a eles, assumindo seus lugares de fala ou fazendo-lhes indagações, conforme o caso. Desta forma, a produção de conhecimento do jornalismo não está dissociada da



sua relação com certos domínios do saber. Essas relações discursivas não são internas nem externas ao discurso, mas, de alguma forma, elas

estão no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (...) determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc. Essas relações caracterizam (...) o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 2000, p. 52-53).

Este aspecto se torna observável na forma como os sujeitos do discurso jornalístico fazem referência a outros campos de saberes, científicos ou não, no enredo das matérias levadas ao ar, no nosso caso de análise, no *Jornal Nacional*, abordando a presença evangélica na sociedade brasileira. Uma ressalva é pertinente: não cabe aqui estabelecer, frente aos enunciados, posturas de certo e errado, verdadeiro e falso, manipulação, ideologia, etc. Na perspectiva foucaultiana, isto não vem ao caso. Também é preciso, na análise do discurso jornalístico, evitar atribuir-lhe o caráter de engodo ou falseamento da verdade:

O enfoque da manipulação das notícias não só favorece uma perspectiva moral ou psicológica da imparcialidade como também dificulta a compreensão do discurso jornalístico enquanto um processo historicamente situado. Desse modo, o que nos interessa é entender que as notícias são construções discursivas que produzem as condições de possibilidade através das quais a realidade se torna visível e dizível. (AGUIAR, 2007, p. 2).

Nesta análise, também não se pode furtar a refletir sobre a relação entre jornalismo e narrativa histórica. Em todas as matérias da série, é apresentado um pequeno histórico das igrejas evangélicas mencionadas. Como ocorre no jornalismo em geral, também no telejornalismo, a história se relativiza, as narrativas históricas sofrem o enquadramento do momento, pois trata-se do “discurso da atualidade. Não da atualidade cronológica, já que entre o momento do acontecimento do fato e a notícia, temos um interregno *mediado* pelo telejornal, mas da *atualidade do noticiário televisivo*” (CORREIA e VIZEU, 2008, p. 23, grifos dos autores).

O repórter, na matéria do *Jornal Nacional*, conta como se deu o surgimento do protestantismo no mundo, numa leitura histórica a partir do ponto de vista católico (são conhecidas as relações entre a Rede Globo e o catolicismo, particularmente de direita – esta é uma condição histórica relevante para o discurso jornalístico da Rede Globo acerca da religião em geral). Segundo o repórter, Martinho Lutero e João Calvino, reformadores, “tomaram a decisão de romper com a Igreja Católica”. Embora haja documentos históricos que contem “outra história”, na narrativa telejornalística as



discussões sistêmicas não se sustentam. Logo elas são ressignificadas dentro da lógica literária adotada muitas vezes no jornalismo e que atua a partir de personagens e eventos-marco. Daí a simplificação e linearidade com que os eventos são recontados.

### **Interfaces do discurso jornalístico e do discurso religioso/evangélico nas matérias analisadas**

A “disciplinarização dos saberes” (por meio da “seleção de saberes, institucionalização do conhecimento e, conseqüentemente, o desaparecimento do sábio-*amateur*”, cf. CASTRO, 2009, p.110-117) coloca aos saberes existentes na sociedade a necessidade de comprovação empírica para que alcancem a condição de ciência. No que tange à noção positivista, a religião, embora constituindo um saber em circulação na sociedade, não possui o status de ciência ou de verdade, mas situa-se na esfera do que é comumente entendido como crença.

Conquanto não deixem de circular, tais saberes sofrem o que Foucault chama de *segregação*. Neste caso, o discurso da religião, em determinados contextos, “não pode circular como os outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância” (FOUCAULT, 2000, p.10). Em relação ao discurso jornalístico, isso ocorre de modo bastante evidente, por exemplo, quando representantes da religião se manifestam publicamente acerca de temas tidos como científicos, como o aborto, a clonagem e as pesquisas com células-tronco, etc.

Há outros momentos, no entanto, em que a segregação ocorre de modo inverso, sendo-lhe atribuídos “estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber” (FOUCAULT, 2000, p.11). Na série “Os evangélicos”, esta relação discursiva entre a religião e o jornalismo se dá, por exemplo, na forma como o repórter abordou a capacidade da religião de dar sentido, de *transcender* ao problema do indivíduo, de levá-lo a alguma posição melhor de vida.

De qualquer modo, o lugar de fala da pessoa religiosa nas matérias analisadas é sempre testemunhal, particular, subjetivo. Isso explica, ainda, a fala da alteridade que os especialistas consultados expressam, uma vez que, na acepção científica, os religiosos não teriam ‘mérito’ em falar por si mesmos e o fazem somente ao nível da experiência, do emocional, no sentido de possibilitar a aproximação entre o telejornal e seu telespectador. Assim, mantém-se uma identidade evangélica calcada na alteridade, a partir das falas de autoridade dos portadores do saber legitimado e, portanto, detentor do



poder de discurso sobre esses grupos. Fica, ainda, preservada a objetividade, categoria fundamental da projeção identitária do jornalista.

O discurso jornalístico opera, aqui, na fronteira do discurso religioso/evangélico. Na primeira reportagem, sobre a presença evangélica numa tribo indígena, Flávio Fachel deixa a “confissão de fé” para a entrevistada, uma índia atendida na missão presbiteriana. Entretanto, a fala do repórter conduz a narrativa: “Ensinar, aprender, proteger e ajudar. Na missão evangélica encravada no cerrado, são os próprios índios os primeiros a reconhecer...” e entra a fala da entrevistada: “Foi Deus que mandou a missão, tanto os caciques, os rezadores falam disso também”. O repórte assume com a entrevistada o discurso religioso como fundamento da realidade experimentada por ela. Na segunda reportagem, sobre o trabalho dos metodistas junto aos moradores de rua de São Paulo, Fachel faz uso de expressões como: “De ex-detento, o antigo capitão passou a ser *salvador de almas*”. A expressão “salvador de almas” vem do discurso dos missionários norte-americanos que primeiramente aportaram no Brasil, desde o início do século 19 e seu sentido está ligado ao proselitismo, ou seja, a conversão de pessoas à fé evangélica.

Na terceira matéria, sobre as crianças atendidas em um abrigo, Fachel afirma: “o *abençoado pão de cada dia* vem pelas mãos dos integrantes da Igreja Batista”, numa clara alusão à oração do Pai Nosso, citada por Cristo nos evangelhos da Bíblia e repetida nos cultos cristãos. Também diz: “*seguidores do Evangelho* viraram *pescadores* de crianças”. Essas expressões também encontram-se no discurso evangélico, baseadas em citações atribuídas a Jesus na Bíblia, chamando-os de “pescadores de homens”. Outra fala do repórter (“quem vive na prática *os ensinamentos de Jesus*”) utiliza-se do jargão religioso para descrever os integrantes da Igreja. Acrescente-se ainda a entonação de voz como fator agregador de emoção e certa postura reverencial de quem fala, evocando a ideia do ritual.

Na quarta matéria, sobre os luteranos e seu trabalho junto aos agricultores pomeranos, uma expressão típica do evangélico: “*Uma bênção* que ecoa há 15 décadas”. E ainda: “Nos corações, traziam uma *fé incomum no Evangelho*”, evangelho aqui como referência à pregação e à Bíblia, outra expressão bastante encontrada em falas e textos cristãos em geral. Talvez para os não iniciados na religiosidade evangélica, as expressões nada tenham de extraordinário, mas, para esses grupos religiosos, são termos de uso constante, enraizados tanto nas tradições religiosas quanto na própria Bíblia, seu livro sagrado.



### **Interfaces do discurso jornalístico e do discurso científico acerca da religião nas matérias analisadas**

Se o repórter chega a enunciados próprios do discurso religioso evangélico, em contraparte, ele se resguarda na busca da objetividade, apoiando-se no conhecimento científico, pela presença dos especialistas na constituição das matérias.

Tais participações “muitas vezes se prestam apenas para reiterar o enquadramento do Jornal, criar maior identificação com o público telespectador ou abrir a possibilidade de que aquele tema possa ser visto sob outra perspectiva” (ROCHA, ALBUQUERQUE e OLIVEIRA, 2008, p.10-11). Esses especialistas são entrevistados, sendo sua imagem acompanhada pela legenda de seus nomes e profissões, “donde podemos inferir que elas recebem uma espécie de ‘autorização’ para falar” acerca do tema proposto (ROCHA, ALBUQUERQUE e OLIVEIRA, 2008, p.8).

Um dos procedimentos citados por Foucault para o controle dos discursos é a determinação das “condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras... Rarefação dos sujeitos que falam: ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 1999, p.36-37). Esta é uma possibilidade de análise da inserção do especialista no discurso jornalístico, nas matérias da série especial “os evangélicos”. Quando se trata de falar acerca da religião a partir do ponto de vista do discurso da *verdade* (ou seja, neste caso, da *ciência*) e não do discurso da crença, requer-se o especialista. A partir dele, se legitimam certos enunciados do jornalismo.

Na primeira matéria, logo após a informação sobre a origem histórica do Protestantismo, temos a palavra da especialista, a socióloga Maria das Dores Machado. É a partir da palavra da Sociologia que é explicada a religião protestante nos seguintes termos: “Com o Lutero, você vai ter toda uma nova teologia muito calcada na interpretação, na leitura da Bíblia. Você tem que assumir para você que está tudo ali na Bíblia. As suas orientações estão na Bíblia para a sua vida”.

Neste ponto, a restrição do discurso se manifesta pelo “ritual” descrito por Foucault: quem fala é um sujeito qualificado, do ambiente acadêmico, que faz uma recitação acerca do tema proposto. Há uma série de gestos, comportamentos, circunstâncias e signos que acompanham o discurso científico: a postura professoral, os livros ao fundo, a legenda que tanto identifica quanto atribui autoridade ao sujeito falante



(diferentemente do chamado “fala povo”, muito usado no telejornalismo, no qual o *povo* não tem nome nem profissão).

Na segunda matéria, a especialista é a antropóloga Christina Vital da Cunha, do Instituto de Estudos da Religião. Ela afirma que a fé é “uma crença importante porque acaba tendo uma interferência na vida dos indivíduos”. Embora os enunciados apresentados possam ser enquadrados naquilo que se entende como “senso comum” (ou seja, poderiam ser ditos por qualquer um, não possuem linguagem especializada nem códigos que necessitem ser explicitados ao telespectador), eles se tornam autorizados e revestidos de verdade porque a Antropologia e a Sociologia são ciências sociais (embora com um grau de certeza ainda inferior às ciências entendidas como exatas, porém, mais qualificadas que outros saberes sociais). Suas vozes são autorizadas porque os âmbitos institucionais que circundam os falantes são os da academia, os da ciência, e também a própria mídia, capaz de dar visibilidade à verdade e, portanto, outorgadora de condições, rituais e circunstâncias nos quais os discursos podem ou não circular.

Mesmo assim, tais enunciados poderiam não passar de “comentários”, pois não “fazem outra coisa senão repetir e retomar o que se diz nos textos primários, a fim de trazer à luz uma pretensa verdade originária que permaneceu oculta” (CASTRO, 2009, p.119). Mas aqui também se manifesta, tanto nos enunciados do repórter quanto nos dos especialistas, a luta pelo poder e pelo saber – uma espécie de “quem dará a última palavra”, “quem exercerá o controle final do discurso?”

Ao indagar acerca de como o sujeito pode situar-se a respeito de determinados objetos ou grupos de objetos, Foucault faz-nos pensar, em relação ao telejornalismo, na possibilidade de este espaço atuar, também, num regime de exclusividade e de divulgação. Percebe-se que os sujeitos que pronunciam outros discursos, como, neste caso, os especialistas, devem adequar seus enunciados, de forma consciente ou não, às formas de difusão e de circulação propostas pelo discurso jornalístico, mesmo que este pretenda-se isento de censura. Nas matérias analisadas, as falas dos especialistas retomam o que foi anteriormente dito pelo repórter ou ele, logo depois, apresenta uma evidência que as corroboram. Por exemplo, na primeira matéria, o repórter fala sobre Martinho Lutero e Calvino e, em seguida, a socióloga explica “o modo de vida” proposto por eles aos protestantes e fala da centralidade da Bíblia nesta prática. Na sequência, o repórter diz: “E lá está escrito”, ou seja, a fala da especialista é que dá sustentação, neste caso, à argumentação desenvolvida pelo jornalista no restante da matéria. De fato, este é um jogo de saber-poder, uma negociação que se estabelece no



jogo discursivo e que depende, ainda, de uma série de fatores que interferirão na atividade do repórter em todos os momentos do processo de produção das matérias. Outros exemplos que aparecem nas matérias serão similares a estes apresentados, portanto, não se faz necessário explicitá-los aqui.

### **Considerações finais**

Este artigo pretendeu pontuar as relações discursivas entre o telejornalismo, a religião e a ciência a partir da série especial “Os Evangélicos”, produzida pela Rede Globo de Televisão, e levada ao ar no Jornal Nacional, a partir dos fundamentos teóricos de Foucault, especialmente nas obras “A ordem do discurso” e “A arqueologia do saber”. Pode-se perceber no discurso, na sua forma de aparecer, de circular e nos efeitos gerados, as lutas dos saberes e poderes que interessam à análise de discurso preconizada pelo pensador francês.

Analisamos alguns aspectos do papel do jornalista na produção e circulação do discurso jornalístico, sua vontade de verdade relacionada com a perspectiva da objetividade e da imparcialidade, bem como os sistemas de segregação nele presentes. A partir desta perspectiva, pudemos estabelecer alguns pontos de reflexão acerca do jornalismo em sua relação discursiva com a religião e com a ciência.

Pudemos perceber que o telejornalismo, ao falar acerca da religião, produz enunciados que gravitam, ao menos, em torno de duas posições possíveis. Primeiramente, são uma fala de fronteira: jornalismo e religião por vezes se tocam, o repórter chega a aproximar-se do lugar de fala da pessoa religiosa, absorve palavras e enunciados que geram um sentido de identidade para com o telespectador daquela religião. Mas, ao mesmo tempo, são uma fala de alteridade e, neste ponto, contam com a figura do especialista, proporcionando ao jornalista um lugar de fala relacionado com uma postura de profissionalismo e objetividade – marcas de verdade do discurso científico.

Outro aspecto do discurso que ainda vale aprofundar em outras pesquisas: quais são condições históricas atuais que favorecem os enunciados que compõem o discurso jornalístico sobre a religião evangélica encontrado nesta série? Como bem lembram os apresentadores do Jornal Nacional, ao início da apresentação da série, o IBGE aponta um grande crescimento deste segmento na sociedade brasileira. Este é um fator a ser levado em conta, uma vez que já houve outros momentos em que o discurso jornalístico sobre a religião evangélica no Brasil não se manifestava da forma como o encontramos nas matérias em análise. Ao abordar este aspecto, coloca-se em evidência a necessidade



de considerar as situações históricas que possibilitam a emergência dos discursos, como pontua Foucault.

Também se deve levar em conta não somente o que o discurso diz, mas, igualmente, o que ele faz. Neste caso específico, apenas como exemplo, é possível encontrar na internet uma série de blogs ligados a pessoas e igrejas evangélicas, para as quais a série especial do Jornal Nacional sinaliza uma espécie de “conversão” da Rede Globo... Por meio do discurso, tal como se apresenta neste momento, estabelece-se, ao menos com o telespectador deste segmento religioso, uma nova relação e o poder midiático é exercido de modo diferenciado do que até então ocorria.

Consideramos, aqui, a figura do especialista e sua inserção no discurso jornalístico na série analisada. Verificamos que o discurso jornalístico busca no científico um reforço de sua vontade de verdade; uma referência aos seus próprios enunciados. De fato, o que se verifica é que

é dada ao campo do jornalismo a tarefa de produzir saber acerca dos acontecimentos do mundo, tarefa que lhe é outorgada tanto porque detém a tecnologia — uma força maquínica incomensurável — como também porque outras instituições produtoras de saber — estas, de caráter pedagógico — conferem aos que proferem os discursos da mídia o direito da fala (RESENDE, 2007, p.83).

Ao mesmo tempo, porém, ocorre uma restrição do discurso científico, tanto no sentido de que os sujeitos falantes apresentam seus enunciados sob a égide do *comentário*, isto é, repousam sobre o já-dito, quanto no sentido de que é o jornalismo a instância que determina as condições em que o discurso científico se apresenta. É possível, portanto, refletir sobre as condições nas quais se dá o discurso jornalístico em suas relações discursivas tanto com a religião quanto com o próprio discurso científico. Cabe a ressalva apontada por Resende, de que não basta saber o que se passa em relação àquilo de que o discurso jornalístico fala, “mas também dos modos que sobre [eles] se fala, instâncias nas quais várias vozes e vários sentidos podem, por vezes, revelar-se” (RESENDE, 2007, p.92).

É claro que as reflexões aqui propostas podem ainda aprofundar-se e estender-se muito mais, considerando-se a densidade teórica de Foucault e a complexidade dos acontecimentos discursivos desde sua perspectiva. Não se pode correr o risco de deixar a análise estabelecer-se apenas na superfície dos discursos, pois, da forma como propõe Foucault, esta análise de discurso não é simples em sua efetivação. Entretanto, este é um exercício válido, no sentido de analisar o discurso como prática, de fugir às



simplificações e essencializações, às universalizações do sentido, na tentativa de buscar compreender e evidenciar as condições tanto de surgimento e circulação quanto de controle do discurso a partir de seu momento, de sua concretude histórica.

Ao mesmo tempo, é este estudo que possibilita verificar, para além da *regularidade do sentido*, a *regularidade discursiva* apontada por Foucault, que nada tem a ver com verdadeiro ou falso, mas com os fluxos de relação de poder nos diversos focos de enfrentamento existentes na sociedade, posto que as relações de poder são imanentes a todas as relações e o poder é uma estratégia, a qual é mais usada do que possuída. Para uma visão do jornalismo que venha a contribuir para o questionamento, a reinterpretção e a alteração de conhecimentos, verdades e reificações, o pensamento foucaultiano tem grandes contribuições.

### Referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Os valores-notícia como efeitos de verdade na ordem do discurso jornalístico. In: **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0832-2.pdf>>. Acesso em 19 Jan. 2010.

ALVARENGA, Lídia. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 3, Set. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651998000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 Jan. 2010.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores (tradução de Ingrid Müller Xavier). São Paulo: Belo Horizonte, 2009.

CORREIA, João Carlos e VIZEU, Alfredo Eurico. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo (org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FILHO, João Freire e MARQUES, Carla. Sob o domínio do medo: a construção de *sujeitos temíveis* e *sujeitos temerosos* na mídia. In: COUTINHO, Eduardo Granja, FREIRE FILHO, João e PAIVA, Raquel (org.). **Mídia e poder**: ideologia, discurso e subjetividade. São Paulo: Mauad X, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6.ed. (tradução de Luiz Felipe Baeta Neves). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.



FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5.ed. (tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo: Loyola, 1999.

HAGEN, Sean. Jornalismo, mito e linguagem: uma abordagem teórica dos apresentadores-estrela. In: VIZEU, Alfredo (org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008, p.29-45.

PEREIRA, Fabio Henrique. O mundo dos jornalistas: aspectos teóricos e metodológicos. In: **Intercom Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. V.32, n.2, jul/dez 2009. São Paulo: Intercom, 2009, p.217-235.

RESENDE, Fernando. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. In: **Revista Galáxia**, n. 14, p. 81-93, dez. 2007. São Paulo: PUC-SP, 2007.

ROCHA, Simone Maria; ALBUQUERQUE, Carolina Abreu e OLIVEIRA, Renata Carneiro de. Qual é a 'cara' da cultura brasileira apresentada pelo Jornal Nacional? O gênero televisivo como estratégia de enunciação. In: **Comunicação Midiática: instituições, valores e cultura**. Anais do 1º Colóquio em Comunicação e Sociabilidade, UFMG, 12-14 de novembro de 2008. Disponível em: <[http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispop/ROCHA\\_simone.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispop/ROCHA_simone.pdf)> acesso em 20 Jul. 2009.